

Coletivo RPU Brasil entrega relatório a CNDH

O Coletivo RPU Brasil, formado por entidades da sociedade civil, entregou ontem (09) Relatório de Meio Período ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, durante a 52ª Reunião Plenária do conselho.

O coletivo é integrado atualmente por 27 organizações não-governamentais defensoras dos direitos humanos e que desenvolvem atividades relacionadas à Revisão Periódica Universal (RPU). Por sua vez, a RPU é um instrumento criado pela Organização das Nações Unidas - ONU para verificar o cumprimento das obrigações e compromissos de direitos humanos assumidos por todos os 193 Estados-membros.

O Relatório de Meio Período da RPU foi entregue pela representante do coletivo, Camila Gomes (Terra de Direitos), que explicou o intuito do trabalho: “O relatório trouxe a sistematização de informações sobre direitos humanos no Brasil para que seja possível obter dados fidedignos em contraponto aos dados oficiais, muitas vezes mentirosos, pois não correspondem à realidade”, afirmou.

Construído a partir do acúmulo das entidades que atuam na área das recomendações avaliadas, o relatório apresenta, segundo Gomes, um panorama de retrocessos enfrentados pelo país. “Consta no documento o enfraquecimento do CNDH e da participação social na formulação de políticas pública, a Emenda Constitucional nº 95, os riscos à proteção dos direitos de indígenas, quilombolas e populações e povos tradicionais”, apontou.

Para o presidente do CNDH, Leonardo Pinho, o relatório do Coletivo RPU buscou sair da tradicional enumeração de iniciativas para buscar respostas concretas sobre cumprimento e avanços de cada recomendação. “O resultado é que, das 246 recomendações, apenas uma foi parcialmente concluída. É um sinal amarelo de como o país e seus governos têm efetivados as políticas de direitos humanos”, alertou.

Saiba mais

A RPU é um mecanismo desenvolvido pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU para permitir a avaliação da situação de direitos humanos em cada um dos 193 países-membros do Sistema ONU.

A cada quatro anos, todos os países são avaliados por seus pares, que utilizam como base, por exemplo, informações providas pelo Estado, por especialistas e por grupos independentes. Durante a revisão, os países têm a prerrogativa de aceitar ou rejeitar as recomendações feitas pelos outros países. As recomendações aceitas são utilizadas como base para a próxima Revisão Periódica daquele país.

O Brasil já passou por três ciclos da Revisão Periódica Universal (2008/2012/2017). Em 2008 foram feitas 15 recomendações; 170 em 2012. Em 5 de maio de 2017, o Brasil recebeu 246 recomendações, das quais foram 242 aceitas. No terceiro ciclo da revisão, os principais temas das recomendações foram: (i) povos indígenas, meio ambiente e

gênero, (ii) violência policial, sistema prisional e estado de direito, e (iii) direitos sociais e econômicos, com especial ênfase na educação e luta contra a pobreza.

Leia aqui o Relatório de Meio Período da RPU: <https://plataformarpu.org.br/o-que-e-rpu>

Com <https://plataformarpu.org.br/>

#DireitosHumanos #ParticipaçãoSocial

Assessoria de Comunicação do CNDH

+55 61 2027-3348 / cndh@mdh.gov.br

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

Twitter: <https://twitter.com/conselhodh>